

Linguagem Jurídica

1. Leia o poema:

Poema dos olhos da amada

1 Ó minha amada
2 Que os olhos teus
3 São cais noturnos
4 Cheios de adeus
5 São docas mansas
6 Trilhando luzes
7 Que brilham longe
8 Longe nos breus
9 ó minha amada
10 Que olhos os teus
11 Quanto mistério
12 Nos olhos teus
13 Quantos saveiros
14 Quantos navios
15 Quantos naufrágios
16 Nos olhos teus ...
VINICIUS DE MORAIS

A invocação da amada (v.1), a associação dos olhos com o cais (v.2 e 3), a qualidade atribuída às docas (v.5) e a repetição do vocábulo quantos (v.13, 14 e 15) compõem respectivamente as seguintes figuras de linguagem:

- a) apóstrofe; metáfora; prosopopeia; anáfora.
- b) paradoxo; catacrese; metonímia; polissíndeto.
- c) eufemismo; metáfora, personificação; aliteração.
- d) apóstrofe; comparação; personificação; pleonasma

2. Ninguém coça as costas da cadeira.

Ninguém chupa a manga da camisa. [...]

(José Paulo Paes)

Na composição do excerto, o poeta emprega termos figurados por falta de palavras mais apropriadas. A figura de linguagem em questão é a:

- a) catacrese.
- b) sinestesia.
- c) metáfora.
- d) metonímia.

As questões 03 a 05 tomarão por base o seguinte texto:

Que se perdoe o exagero da frase: o Fla-Flu começou no Recife. Sim, é bem verdade que a disputa de futebol entre times de Flamengo e Fluminense é cria do Rio de Janeiro, nas Laranjeiras, em um domingo de julho de 1912. Mas o verdadeiro Fla-Flu, não. O clássico como é hoje, com a grandeza contrastada pela miudeza de duas palavras monossílabas separadas por um hífen, veio à luz na capital pernambucana. E, feito uma partida, teve dois tempos: o primeiro antes mesmo de o jogo existir, em 1908, quando nasceu Mario Filho; e o segundo justamente em 1912, quando Nelson Rodrigues saiu do ventre de sua mãe. As impressões digitais deixadas pelos irmãos nas teclas de suas máquinas de escrever criaram o imaginário do clássico que completa 100

anos neste sábado. O Fla-Flu teria outra dimensão sem eles. (Alexandre Aliati. 'O Fla-Flu como ele é: Mário Filho e Nelson Rodrigues eternizam clássico'. globoesporte.com - 06/07/2012.)

3. Ao começar seu texto pedindo perdão pelo exagero, o redator se utiliza de

- A) uma licença poética que só é possível em texto literários e jornalísticos escritos em língua padrão.
- B) um recurso estilístico que permite usar um argumento inesperado como forma de introdução de um texto.
- C) uma figura de linguagem chamada hipérbole, a qual sempre se baseia em ideias de exagero expressivo.
- D) um diálogo imaginário com o leitor a fim de criar nele uma reação inicial de estranheza ou desconfiança.

4. Para o autor do texto, a mística do Fla-Flu

- A) foi construída ao longo de 100 anos de confrontos memoráveis entre os dois grandes rivais.
- B) teve uma participação direta no prestígio dos dois jornalistas pernambucanos.
- C) ganhou a dimensão que ganhou porque os dois irmãos construíram seu imaginário.
- D) recebeu as impressões digitais das teclas das máquinas de escrever desses dois torcedores ilustres.

5. A função metalinguística está presente na seguinte passagem do texto:

- A) (...) com a grandeza contrastada pela miudeza de duas palavras monossílabas separadas por um hífen.
- B) (...) o primeiro antes mesmo de o jogo existir, em 1908, quando nasceu Mario Filho.
- C) (...) criaram o imaginário do clássico que completa 100 anos neste sábado.
- D) (...) a disputa de futebol entre times de Flamengo e Fluminense é cria do Rio de Janeiro.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

6. Todo caminho da gente é resvaloso.

Mas também, cair não prejudica demais

A gente levanta, a gente sobe, a gente volta!...

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim:

Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa,

Sossega e depois desinquieta.

O que ela quer da gente é coragem.

Ser capaz de ficar alegre e mais alegre no meio da alegria,

E ainda mais alegre no meio da tristeza...

(ROSA, J.G. Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.)

De acordo com o fragmento do poema acima, de Guimarães Rosa, a vida é

- A) uma queda que provoca tristeza e inquietude prolongada.
- B) um caminhar de percalços e dificuldades insuperáveis.

- C) um ir e vir de altos e baixos que requer alegria perene e coragem.
D) um caminho incerto, obscuro e desanimador.

7. A discussão nacional sobre a resolução das complexas questões sociais brasileiras e sobre o desenvolvimento em bases sustentáveis tem destacado a noção de corresponsabilidade e a de complementaridade entre as ações dos diversos setores e atores que atuam no campo social. A interação entre esses agentes propicia a troca de conhecimento das distintas experiências, proporciona mais racionalidade, qualidade e eficácia às ações desenvolvidas e evita superposições de recursos e competências. De uma forma geral, esses desafios moldam hoje o quadro de atuação das organizações da sociedade civil do terceiro setor. No Brasil, o movimento relativo a mais exigências de desenvolvimento institucional dessas organizações, inclusive das fundações empresariais, é recente e foi intensificado a partir da década de 90.

(BNDES. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. Relato Setorial nº 3 AS/GESET. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 02 ago. 2013 (adaptado).)

De acordo com o texto, o terceiro setor

- A) é responsável pelas ações governamentais na área social e ambiental.
B) promove o desenvolvimento social e contribui para aumentar o capital social.
C) gerencia o desenvolvimento da esfera estatal, com especial ênfase na responsabilidade social.
D) controla as demandas governamentais por serviços, de modo a garantir a participação do setor privado.

8. Uma revista lançou a seguinte pergunta em um editorial: “Você pagaria um ladrão para invadir sua casa?”. As pessoas mais espertas diriam provavelmente que não, mas companhias inteligentes de tecnologia estão, cada vez mais, dizendo que sim. Empresas como a Google oferecem recompensas para hackers que consigam encontrar maneiras de entrar em seus softwares. Essas companhias frequentemente pagam milhares de dólares pela descoberta de apenas um bug – o suficiente para que a caça a bugs possa fornecer uma renda significativa. As empresas envolvidas dizem que os programas de recompensa tornam seus produtos mais seguros. “Nós recebemos mais relatos de bugs, o que significa que temos mais correções, o que significa uma melhor experiência para nossos usuários”, afirmou o gerente de programa de segurança de uma empresa. Mas os programas não estão livres de controvérsias. Algumas empresas acreditam que as recompensas devem apenas ser usadas para pegar cibercriminosos, não para encorajar as pessoas a encontrar as falhas.

E também há a questão de double-dipping – a possibilidade de um hacker receber um prêmio por ter achado a vulnerabilidade e, então, vender a informação sobre o mesmo bug para compradores maliciosos.

Disponível em: <<http://pcworld.uol.com.br>>.

Acesso em: 30 jul. 2013 (adaptado).

Considerando o texto acima, infere-se que

- A) os caçadores de falhas testam os softwares, checam os sistemas e previnem os erros antes que eles aconteçam e, depois, revelam as falhas a compradores criminosos.
B) os caçadores de falhas agem de acordo com princípios éticos consagrados no mundo empresarial, decorrentes do estímulo à livre concorrência comercial.
C) a maneira como as empresas de tecnologia lidam com a prevenção contra ataques dos cibercriminosos é uma estratégia muito bem-sucedida.
D) os usuários de serviços de empresas de tecnologia são beneficiários diretos dos trabalhos desenvolvidos pelos caçadores de falhas contratados e premiados pelas empresas.

9. De um ponto de vista econômico, a globalização é a forma como os mercados de diferentes países interagem e aproximam pessoas e mercadorias. A superação de fronteiras gerou uma expansão capitalista que tornou possível realizar transações financeiras e expandir os negócios para mercados distantes e emergentes. O complexo fenômeno da globalização resulta da consolidação do capitalismo, dos grandes avanços tecnológicos e da necessidade de expansão do fluxo comercial mundial. As inovações nas áreas das telecomunicações e da informática (especialmente com a Internet) foram determinantes para a construção de um mundo globalizado.

(Disponível em: <www.significados.com.br>. Acesso em: 2 jul. 2013 (adaptado).)

Sobre globalização, avalie as afirmações a seguir.

- I. É um fenômeno gerado pelo capitalismo, que impede a formação de mercados dinâmicos nos países emergentes.
II. É um conjunto de transformações na ordem política e econômica mundial que aprofunda a integração econômica, social, cultural e política.
III. Atinge as relações e condições de trabalho decorrentes da mobilidade física das empresas.

É correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
B) II, apenas.
C) I e III, apenas.
D) II e III, apenas.

10. Uma sociedade sustentável é aquela em que o desenvolvimento está integrado à natureza, com respeito à diversidade biológica e sociocultural, exercício responsável e consequente da cidadania, com a distribuição equitativa das riquezas e em condições dignas de desenvolvimento. Em linhas gerais, o projeto de uma sociedade sustentável aponta para uma justiça com equidade, distribuição das riquezas, eliminando-se as desigualdades sociais; para o fim da exploração dos seres humanos; para a eliminação das discriminações de gênero, raça, geração ou de qualquer outra; para garantir a todos e a todas os

direitos à vida e à felicidade, à saúde, à educação, à moradia, à cultura, ao emprego e a envelhecer com dignidade; para o fim da exclusão social; para a democracia plena.

(TAVARES, E. M. F. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br>>. Acesso em: 25 jul. 2013 (adaptado).)

Nesse contexto, avalie as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Os princípios que fundamentam uma sociedade sustentável exigem a adoção de políticas públicas que entram em choque com velhos pressupostos capitalistas.

PORQUE

II. O crescimento econômico e a industrialização, na visão tradicional, são entendidos como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando-se o caráter finito dos recursos naturais e privilegiando-se a exploração da força de trabalho na acumulação de capital.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

11. Texto I

Muito me surpreendeu o artigo publicado na edição de 14 de outubro, de autoria de um estudante de Jornalismo, que compara a legislação antifumo ao nazismo, considerando-a um ataque à privacidade humana. Ao contrário do que afirma o artigo, os fumantes têm, sim, sua privacidade preservada. (...) Para isso, só precisam respeitar o mesmo direito à privacidade dos não fumantes, não impondo a eles que respirem as mesmas substâncias que optam por inalar e que, em alguns casos, saem da ponta do cigarro em concentrações ainda maiores.

(FITERMAN, J. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013 (adaptado).)

Texto II

Seguindo o mau exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, o estado do Paraná, ao que tudo indica, também adotará a famigerada lei antifumo, que, entre outras coisas, proíbe a existência de fumódromos nos espaços coletivos e estabelece punições ao proprietário que não coibir o fumo em seu estabelecimento. É preciso, pois, perguntar: tem o Estado o direito de decidir a política tabagista que o dono de um bar, por exemplo, deve adotar? Com base em que princípio pode uma tal interferência ser justificada? A lei somente se justificaria caso seu escopo se restringisse a locais cuja propriedade é estatal, como as repartições públicas. Não se pode confundir um recinto coletivo com um espaço estatal. Um

recinto coletivo, como um bar, continua sendo uma propriedade privada. A lei representa uma clara agressão ao direito à propriedade.

(PAVÃO, A. Disponível em: <<http://agguinaldopavao.blogspot.com.br>>. Acesso em: 24 jul. 2013 (adaptado).)

Os textos I e II discutem a legitimidade da lei antifumo no Brasil, sob pontos de vista diferentes. A comparação entre os textos permite concluir que, nos textos I e II, a questão é tratada, respectivamente, dos pontos de vista

- A) ético e legal.
- B) jurídico e moral.
- C) moral e econômico.
- D) econômico e jurídico.

12. Durante décadas, a televisão foi o mais popular e influente meio de comunicação de massa, tendo esse quadro mudado, nos últimos anos: entre 2011 e 2012, por exemplo, de acordo com pesquisas, as emissoras abertas de televisão perderam 7% de sua audiência. Essa queda configura tendência mundial devida, entre outros fatores,

- a) a boicotes de grupos políticos e religiosos contra determinados programas e emissoras específicas.
- b) à concorrência de outras formas de entretenimento eletrônico, como a Internet, os videogames, os smartphones e os tablets.
- c) ao investimento governamental em teatros, salas de concerto e outros tipos de entretenimento cultural.
- d) à falta de renovação dos formatos televisivos, que se mantêm iguais desde a década de cinquenta do século passado, com seriados, telenovelas, jornalismo e programas de jogos.

13. No atual contexto mundial assistimos à difusão de uma profunda crise ambiental, manifestada pela iminência do esgotamento de recursos naturais, bem como pela perda da diversidade biológica, crescente produção de rejeitos comprometedores das condições ambientais, ou ainda pelos indícios de mudanças climáticas. Nesse sentido, há também o crescimento da consciência que o sistema econômico-social dominante no planeta apresenta uma profunda incompatibilidade com a sustentabilidade ambiental. Assim sendo, assinale a alternativa em que todos os itens apresentados correspondam a princípios do Desenvolvimento Sustentável.

- a) Redução da pobreza; Ampliação do nível de consumo em todos os países; reciclagem e reutilização de bens.
- b) Reorientação das relações internacionais, objetivando a redução das desigualdades; uso racional dos recursos naturais; satisfação das necessidades essenciais como emprego, água energia, alimento e saneamento básico.
- c) Uso de fontes renováveis de energia, a exemplo do petróleo; rigorosas políticas antinatalistas; prática de agricultura orgânica.

d) Reorientação das políticas de produção industrial para o modelo fordista; uso de fontes renováveis de energia, a exemplo da energia eólica e solar; difusão das monoculturas de exportação.

14. Uma das características marcantes do contexto atual, marcado pelo avanço da globalização da economia, é a presença de diversos organismos supranacionais com a finalidade de regular as relações econômicas, políticas, militares, ambientais etc. Nesse sentido, assinale a única alternativa VERDADEIRA acerca dessas organizações.

a) O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) é o órgão que toma decisões sobre paz e segurança mundiais. É composto por 15 membros, sendo 5 permanentes e 10 rotativos. O notável crescimento econômico do Brasil na última década garantiu ao país uma vaga como membro permanente deste conselho.

b) O Fundo Monetário Internacional (FMI) tem tido atuação decisiva no atual contexto internacional, principalmente nos países mais pobres, onde tem incentivado a cooperação financeira e adoção de políticas protecionistas para defender seus mercados.

c) A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1995, em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), criado em 1947. Dentre os principais objetivos da OMC destacam-se a promoção e regulação do comércio entre as nações, além de supervisionar acordos assinados sobre agricultura, indústria, serviços e propriedade intelectual.

d) A criação, em 1991, do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), tem contribuído para ampliar as trocas comerciais entre os países-membros (Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela), sendo hoje o mais bem sucedido exemplo de mercado regional, atingindo o estágio de União Econômica e Monetária.

15. A tendência à formação de blocos de países é uma das mais definidoras características da globalização. Ao criar a União Europeia, o Velho Mundo deu mostras de vitalidade e de compreensão acerca da realidade. Relativamente a esse bloco europeu, assinale a opção correta.

a) O euro é a moeda única do bloco, adotada pelo conjunto de seus integrantes.

b) Os antigos países socialistas do Leste foram impedidos de se filiar ao bloco.

c) O vigor econômico do bloco tornou-o imune a crises financeiras.

d) O cenário econômico apresentado pela União Europeia é de assimetria.

Introdução à Filosofia

16. Pensamento, conhecimento, realidade e linguagem, segundo estudado no início da disciplina, compõe um todo.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

I - O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.

II - A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.

III - O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.

IV - A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.

Podemos aceitar como correto o que se afirma em:

A) I e IV

B) I e III

C) II e III

D) III e IV

17. Conforme texto trabalhado na disciplina, podemos afirmar que “A Filosofia caracteriza-se e, portanto, diferencia-se das demais formas de conhecimento, também pelo método e pelos procedimentos que utiliza para buscar as respostas. Podemos dizer que fazer filosofia é realizar um processo investigativo reflexivo que seja crítico, rigoroso, profundo ou “radical”, abrangente, ou que busque totalidades referenciais significativas sobre ou com base naquelas certas questões, às quais já nos referimos sem, ainda, indicá-las”.

Lorieri, Marco Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p.36.

A partir do texto de Lorieri avalie as seguintes afirmações.

I - O filosofar é uma atividade mental sistemática, com exigências e questões próprias.

II - O filosofar exige aceitação e obediência incondicional às verdades previamente conhecidas.

III - O filosofar exige inquietação, questionamento, profundidade e coerência.

IV - O filosofar é uma atividade introspectiva que cada um conduz conforme se parecer.

Podemos aceitar como verdadeiras apenas as afirmações:

A) I e IV

B) II e IV

C) I e III

D) II e IV.

18. Os pensadores, pré-socráticos, tidos como primeiros pensadores a buscarem uma explicação racional sobre alguns assuntos, em geral viveram antes de Sócrates, desenvolveram suas concepções em lugares distantes de Atenas e em distintas escolas, embora com algumas identificações mútuas.

Avalie as seguintes afirmações sobre estes pensadores e suas abordagens.

I - Elaboram sólidos argumentos em defesa dos fundamentos míticos da cultura grega.

II - Suas principais obras preservadas geram contínuas pesquisas sobre a racionalidade.

III - Adotam, em geral, uma postura semelhante à científica na investigação do mundo físico.

IV - Concluem a teoria dos quatro elementos fundamentais da natureza e do átomo.

São aceitáveis como verdadeiras as afirmações:

A) I e II

B) I e III

C) II e IV

D) III e IV

19. A Idade Média é marcada por um pensamento de matriz religiosa cristã, como sabemos. Agostinho de Hipona e Tomas de Aquino são dois grandes pensadores sempre lembrados quando nos remetemos à da filosofia desta época.

Avalie as seguintes considerações:

I - Ambos afirmam a autonomia absoluta do Sagrado, da fé, e descartam saber humano.

II - Ambos afirmam a autonomia do conhecimento humano, a filosofia, e relativizam o sagrado.

III - Agostinho valoriza a filosofia grega de Platão no estudo da fé, interpretação da Bíblia.

IV - Tomás valoriza a filosofia de Aristóteles na interpretação da Bíblia e afirmação da existência de Deus.

São verdadeiras as afirmações:

a) I e IV

b) II e III

c) I e III

d) III e IV

20. O iluminismo, movimento intelectual que se tornou referência e auge da modernidade, mostra-se particularmente interessante ao estudante da área jurídica por quê:

I - Fundamenta na racionalidade a cidadania, as questões sociais e jurídicas.

II - Exalta os direitos individuais, a dignidade e a igualdade dos indivíduos humanos.

III - Fundamenta na fé o imprescindível lugar do sagrado no avanço das leis.

IV- Proclama um futuro de desafios e dificuldades gerados pelo excesso de racionalismo.

São pertinentes as afirmações:

A) I e II

B) I e III

C) II e IV

D) III e IV

Direito Constitucional

21. A respeito dos Direitos e Garantias Fundamentais, considere as seguintes assertivas:

I. As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação imediata.

II. São gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

III. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, trabalhada pela família, será, excepcionalmente, objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.

IV. O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que consta em:

a) I, II, III e IV.

b) II e III, apenas

c) I e III, apenas

d) I, II e IV, apenas

22. O movimento constitucional gerador da constituição em sentido moderno tem várias raízes, localizadas em horizontes temporais diacrônicos e em espaço histórico, geográfico e culturais diferenciados. Em termos rigorosos não há um constitucionalismo mas vários constitucionalismos. Será preferível dizer que existem diversos movimentos constitucionais com corações nacionais mas também com alguns momentos de aproximação entre si, fornecendo uma complexa tessitura histórico-cultural. É mais rigoroso falar de vários movimentos constitucionais do que de vários constitucionalismos porque isso permite recortar desde já uma noção básica de constitucionalismo (J. J. Gomes Canotilho. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 4ª ed. Coimbra: Almedina, 2000, p. 51 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a opção correta acerca dos conceitos de constituição e constitucionalismo.

a) O ponto central do movimento constitucionalista inglês foi a revolução gloriosa (1688-89), quando então se iniciou o movimento político-jurídico de limitação dos poderes do rei, por meio de instrumento jurídicos do tipo Magna Carta, que possuem a mesma natureza jurídica de uma constituição.

b) Com o movimento constitucionalista francês, a partir da revolução francesa, sedimentou-se a visão de direitos individuais do homem, em oposição à visão do homem como integrante de um segmento estamental, adotado pelo movimento constitucionalista inglês.

c) No âmbito brasileiro, a Constituição Imperial de 1824 pode ser classificada como flexível, com base no que prescrevia seu art. 178: "É só Constitucional o que diz respeito aos limites e atribuições respectivas dos poderes políticos, e aos direitos políticos e individuais dos cidadãos. Tudo o que não é Constitucional pode ser alterado sem as formalidades referidas, pelas legislaturas ordinárias".

d) O princípio da supremacia da constituição teve no movimento constitucionalista inglês a sua mais significativa aplicação.

23. Assinale a alternativa incorreta:

a) Poder Constituinte formal é aquele que se refere a auto-organização do Estado.

b) O Poder Constituinte Derivado também pode ser denominado como um Poder Constituinte Limitado.

c) O Poder Constituinte Originário é ilimitado.

d) Uma das características do Poder Constituinte Derivado é ele ser condicionado.

24. De acordo com a teoria geral do direito constitucional, o conceito de Constituições pode ser concebido em diferentes sentidos. Aponte a alternativa que corresponde aos autores clássicos que concebem a Constituição, respectivamente, nos sentidos sociológico, político e jurídico.

a) Carl Schmitt, Ferdinand Lassalle e Hans Kelsen

- b) Carl Schmitt, Hans Kelsen e Ferdinand Lassalle.
- c) Ferdinand Lassalle, Carl Schmitt e Hans Kelsen.
- d) Ferdinand Lassalle, Hans Kelsen e Carl Schmitt.

25. Considere as seguintes normas constitucionais:

I. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

II. A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

III. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.

IV. É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

São normas de eficácia limitada os preceitos indicados SOMENTE em:

- a) I, II e III
- b) I e III
- c) II e IV
- d) II e IV

26. Assinale a opção correta acerca do controle abstrato de constitucionalidade estadual e seu delineamento pela jurisprudência do STF.

A) Declarada no todo ou em parte a inconstitucionalidade em abstrato de lei ou ato normativo estadual ou municipal, o Poder Legislativo responsável pela sua emissão terá de ser comunicado com vistas à suspensão da execução dos textos invalidados.

B) Por constituir a ação direta de inconstitucionalidade estadual processo de índole político-administrativa, não cabe recurso extraordinário contra decisão final nela proferida.

C) É dever dos estados seguir com simetria o modelo de propositura da ação estabelecido para o controle abstrato de constitucionalidade federal, fazendo, para tanto, as devidas adaptações dos entes legitimados.

D) Ao julgar ação direta de inconstitucionalidade estadual, o respectivo tribunal de justiça poderá analisar, incidentalmente, eventual inconstitucionalidade do próprio parâmetro de controle estadual invocado na inicial.

27. Acerca das fontes normativas integrantes do ordenamento jurídico do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

A) Todas as normas da CF são de observância obrigatória para estados e municípios, devendo ser necessariamente observadas pelas respectivas leis fundamentais.

B) Embora as leis orgânicas municipais estejam sujeitas às constituições dos respectivos estados-membros, estas últimas não têm o poder de disciplinar assunto considerado de interesse local.

C) Decreto autônomo do governador de um estado federado deve ater-se aos limites do poder regulamentar.

D) Conflitos entre leis estaduais e leis municipais têm de ser sanados necessariamente em favor das leis estaduais.

28. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito é correto afirmar:

a) que têm poderes de investigação equivalentes aos das autoridades judiciárias, podendo inclusive decretar a prisão de parlamentares quando convocados, bastando o Presidente da Comissão expedir a ordem, após a deliberação por dois terços de seus membros.

b) que, ordinariamente, serão criadas em conjunto, dela participando os representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

c) que suas conclusões, acompanhadas dos documentos comprobatórios, serão encaminhadas ao Poder Judiciário para a obtenção de sentenças condenatórias nos juízos cível e criminal dos responsáveis, conforme previsto no relatório aprovado no âmbito da Comissão.

d) que serão criadas para apuração de fato determinado e por prazo certo.

29. Considerando o disposto na CF sobre o presidente da República, assinale a opção correta.

a) Se, antes de realizado o segundo turno, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, convocar-se-á primeiramente, entre os remanescentes, o mais idoso.

b) Se, decorridos cinco dias da data fixada para a posse, o presidente ou o vice-presidente da República, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

c) Em caso de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, ou vacância desses cargos, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do STF.

d) Será considerado eleito presidente o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, computados os em branco.

30. Com relação à organização político-administrativa do Estado brasileiro, conforme disposto na Constituição Federal, assinale a opção correta.

a) O ordenamento jurídico-constitucional admite o direito de secessão ao ente federativo.

b) A União pode intervir diretamente nos municípios situados no âmbito territorial dos estados-membros da Federação.

c) Compete à União, aos estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre recursos minerais, jazidas, minas, direito ambiental e direito agrário.

d) Insere-se no âmbito de competência exclusiva da União a exploração dos serviços e instalações nucleares de qualquer natureza.

Filosofia do Direito

31. De acordo com Bittar e Almeida são tarefas da Filosofia do Direito:

I - "Proceder a crítica das práticas, das atitudes e atividades dos operadores do direito".

II - "Esclarecer e definir a teleologia do Direito, seu aspecto valorativo e suas relações com a sociedade e os anseios culturais".

III - "Investigar a vida dos operadores jurídicos e suas relações com a dimensão transcendente".

IV - "Trabalhar a operacionalidade dos aparatos físicos imprescindíveis a efetividade legal".

(Cfr. Bittar, C E.; Guilherme A. Almeida. Curso de Filosofia do Direito. 8ª ed. São Paulo: Atlas, p. 56-57).

Estão corretas as afirmações:

- A) I e II
- B) III e IV
- C) II e III
- D) II e IV

32. "A boa natureza dos animais é a força do corpo; a dos homens, a excelência do caráter".

"O belo não é não cometer injustiça, mas nem mesmo querer fazê-lo".

"Não por medo, mas por dever, evitai o erro".

(Cfr. Bittar, C E.; Guilherme A. Almeida. Curso de Filosofia do Direito. 8ª ed. São Paulo: Atlas, p. 56-57).

I - As afirmações acima são especificamente de Aristóteles, mestre do humanismo grego.

II - De Platão, mas valorizadas na Idade Média.

III - Do período pré-socrático, da época do atomismo.

IV - De Demócrito, mas comparáveis aos ensinamentos bíblicos cristãos.

Estão corretas as afirmações;

- A) I e IV
- B) II e IV
- C) I e III
- D) III e IV

33. Aristóteles apresenta uma grandiosa contribuição a filosofia do direito, por uma abordagem racional, técnica, social diversificada.

São conceitos abordados pela reflexão Aristotélica:

I - A justiça e o processo de formação acadêmica dos advogados.

II - A justiça e sua relação com a ética, a virtude e a condução da polis.

III - A justiça, a virtude e sua relação com as reformas tributárias.

IV - O justo particular, o justo corretivo, o justo legal e o justo natural.

Estão corretas as afirmações:

- A) I e II
- B) II e III
- C) III e IV
- D) II e IV

34. Tomas de Aquino, ao discutir a justiça apresenta o conceito de sinderese. Sinderese significa:

I - A síntese das crenças populares enraizadas na mitologia.

II - O conjunto de conhecimentos conquistados a partir da experiência habitual.

III - A perpetuação da sociedade segundo seus preceitos legais, jurídicos e filosóficos.

IV - É constituído pelos saberes extraídos da vivência, da prática sobre o justo e o injusto.

Estão corretas as afirmações:

- A) I e III
- B) II e IV
- C) I e II
- D) III e IV

35. Emanuel Kant preocupa-se em fundamentar a prática moral em uma lei inerente a racionalidade universal humana, procurando garantir a absoluta igualdade dos seres racionais, expressas em uma máxima chamada de imperativo categórico, uma sentença única de alcance totalmente objetivo, conforme segue:

(Cfr. Bittar, C E.; Guilherme A. Almeida. Curso de Filosofia do Direito. 8ª ed. São Paulo: Atlas, p. 323-325).

I - "Age de tal maneira que ninguém jamais possa questionar tuas ações, pois a intenção deve ser reservada tão somente a tua consciência pessoal indevassável".

II - "Age de tal modo que a máxima da tua vontade possa valer sempre ao mesmo tempo como princípio de uma legislação universal".

III - "Age só, segundo uma máxima tal, que possas querer, ao mesmo tempo, que se torne lei universal".

IV - "Age a partir de máximas universais das quais possas derivar soluções pessoais para organizar tuas iniciativas privadas".

Correspondem ao imperativo categórico de Kant as formulações:

- A) I e III
- B) I e IV
- C) II e III
- D) III e IV

Direito Civil

36. Flávia, divorciada, dezessete anos de idade, celebra um contrato de locação de um imóvel de sua propriedade, sem a assistência de seus pais. Pode-se afirmar que o contrato é:

a) Nulo em virtude da incapacidade de Flávia, já que com o divórcio a emancipação perdeu seus efeitos.

b) Anulável em virtude da incapacidade de Flávia, já que com o divórcio a emancipação perdeu seus efeitos.

c) Anulável, pois Flávia é relativamente incapaz.

d) Válido, pois Flávia está emancipada.

37. Em relação aos atos ilícitos marque a opção CORRETA:

a) O ato ilícito pode ocorrer somente da omissão.

- b) Basta somente o dano material para caracterizar o ato ilícito.
- c) O ato ilícito nem sempre resulta da violação do direito e do dano causado a outrem.
- d) A ilicitude da conduta é dispensável para a configuração do dever de indenizar.

38. Analise as assertivas abaixo e marque a opção CORRETA:

- a) Se a prescrição for suspensa em favor de um dos credores solidários, só aproveitará aos demais se a obrigação for divisível.
- b) A alteração dos prazos por acordo entre as partes é admissível na decadência, porém não o é na prescrição.
- c) A prescrição iniciada contra uma pessoa não continua a correr contra o seu sucessor.
- d) Os prazos prescricionais podem ser alterados, desde que seja convencionado pelas partes.

39. A prescrição corre normalmente:

- a) Entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar.
- b) Entre os cônjuges na constância da sociedade conjugal.
- c) Contra os relativamente incapazes.
- d) Contra os absolutamente incapazes.

40. Acerca das invalidades do negócio jurídico marque a opção CORRETA:

- a) Celebrado por pessoa absoluta e relativamente incapaz o negócio jurídico é nulo.
- b) A nulidade absoluta pode ser alegada pelo MP ou qualquer interessado e ainda declarada ou suprida de ofício pelo juiz.
- c) O prazo para se requerer a anulabilidade do negócio jurídico por vício do consentimento é prescricional.
- d) O negócio jurídico nulo sempre convalida pelo decurso de tempo, independentemente de convalidação das partes.

41. Acerca das obrigações de dar, fazer e não fazer, assinale a opção correta.

- a) No caso de entrega de coisa incerta, se houver, antes da escolha, perda ou deterioração do bem, ainda que decorrente de caso fortuito ou força maior, a obrigação ficará resolvida para ambas as partes.
- b) Em caso de obrigação facultativa, o perecimento da coisa devida não implica a liberação do devedor do vínculo obrigacional, podendo-se dele exigir a realização da obrigação devida.
- c) É divisível a obrigação de prestação de coisa indeterminada.
- d) Tratando-se de obrigação de entrega de coisa certa, a obrigação será extinta caso a coisa se perca sem culpa do devedor, antes da tradição ou mediante condição suspensiva.

42. Seu Madruga procurou o Banco interessado em renegociar a dívida que possui em virtude do uso do cheque especial, cuja taxa de juros está lhe

dificultando o pagamento. O Banco propõe então que ele firme um contrato de empréstimo pessoal, em substituição à dívida do cheque especial, assumindo a obrigação de pagar quantia superior ao que deve atualmente, mas com um prazo superior para pagamento parcelado e com juros menores. A proposta do banco, no âmbito do direito das obrigações, se caracteriza como:

- A) Subrogação;
- B) Dação;
- C) Novação;
- D) Compensação.

43. Não é obrigação propter rem:

- A) A taxa condominial;
- B) o recebimento das águas de prédio superior;
- C) A tolerância de passagem forçada;
- D) As dívidas de consumo de energia elétrica relativas ao imóvel.

44. Com relação às obrigações, segundo o direito civil, assinale a opção correta.

- a) Enquanto não ocorrer a tradição, a coisa pertencerá ao devedor, mas os melhoramentos e acréscidos pertencerão ao credor.
- b) Se determinada coisa restituível se deteriorar, o credor terá direito a indenização, mesmo sem a culpa do devedor.
- c) Nas obrigações de dar coisa incerta, determinada pelo gênero e pela qualidade, a escolha pertence ao credor.
- d) Se determinada coisa se perder por culpa do devedor, este responderá pelo equivalente, mais perdas e danos.

45. Nas obrigações de dar coisa incerta, a coisa deve ser indicada ao menos:

- a) Pela espécie e pela quantidade.
- b) Pelo gênero e pela quantidade.
- c) Pelo gênero e pela qualidade.
- d) Pela espécie e pela qualidade.

Sociologia Geral e Jurídica

46. Segundo Chaïm Perelman, ao tratar da argumentação jurídica na obra Lógica Jurídica, a decisão judicial aceitável deve satisfazer três auditórios para os quais ela se destina.

Assinale a alternativa que indica corretamente os auditórios.

- a) A opinião pública, o parlamento e as cortes superiores.
- b) As partes em litígio, os profissionais do direito e a opinião pública.
- c) As partes em litígio, o parlamento e as cortes superiores.
- d) As cortes superiores, os organismos internacionais e os profissionais do direito.

47. Em seu livro Levando os Direitos a Sério, Ronald Dworkin cita o caso Riggs contra Palmer,

em que um jovem matou o próprio avô para ficar com a herança. O Tribunal de Nova Iorque (em 1889) julga o caso considerando que a legislação do local e da época não previa o homicídio como causa de exclusão da sucessão. Para solucionar o caso, o Tribunal aplica o princípio, não legislado, do direito que diz que ninguém pode se beneficiar de sua própria iniquidade ou ilicitude. Assim, o assassino não recebeu sua herança.

Com esse exemplo podemos concluir que a jusfilosofia de Ronald Dworkin, dentre outras coisas, pretende

- revelar que a responsabilidade sobre o maior ou menor grau de justiça de um ordenamento jurídico é responsabilidade exclusiva do legislador que deve se esforçar por produzir leis justas.
- mostrar como as cortes podem ser ativistas quando decidem com base em princípios e não com base na lei e que decidir assim fere o estado de direito.
- defender que regras e princípios são normas jurídicas que possuem as mesmas características e, por isso, ambos podem ser aplicados livremente pelos tribunais.
- argumentar que regras e princípios são normas com características distintas e em certos casos os princípios poderão justificar de forma mais razoável a decisão judicial, pois a tornam também moralmente aceitável.

48. “Levado pela onipresença dos dispositivos de disciplina, apoiando-se em todas as aparelhagens carcerárias, este poder se tornou uma das funções mais importantes de nossa sociedade. Nela há juizes da normalidade em toda parte. Estamos na sociedade do professor-juiz, do médico-juiz, do educador-juiz, do ‘assistente social’-juiz; todos fazem reinar a universalidade do normativo; e cada um no ponto em que se encontra, aí submete o corpo, os gestos, os comportamentos, as condutas, as aptidões, os desempenhos”.

No trecho acima, extraído da obra *Vigiar e punir*, Michel Foucault refere-se ao tipo de poder cujo grande apoio, na sociedade moderna, foi a rede carcerária, em suas formas concentradas ou disseminadas, com seus sistemas de inserção, distribuição, vigilância, observação. Este poder é denominado pelo filósofo de poder;

- totalitário
- total.
- judiciário.
- normalizador.

49. Assinale a opção correta no que concerne à evolução histórica da sociologia do direito.

- Desde a Antiguidade, o estudo das transformações sociais e jurídicas, objeto da sociologia do direito, é desenvolvido com rigor científico.
- As drásticas mudanças nas relações sociais e jurídicas oriundas da Revolução Industrial repercutiram nos fundamentos da sociologia do direito.
- O problema da marginalidade sempre teve importância secundária nas tematizações sociológicas.
- Para demarcar o campo temático da sociologia em face de outras áreas do conhecimento, os sociólogos

tiveram de definir de modo estrito seu objeto de estudo; nas primeiras reflexões sociológicas, por exemplo, evitava-se tratar do fenômeno da pobreza, tema afeto à esfera das ciências econômicas.

50. Em relação às possibilidades de controle social formal, informal a alternativo, assinale a opção correta.

- O Estado laico limita a função de controle social informal dos poderes religiosos.
- A educação representa forma de controle social informal.
- A ação das polícias que extrapola seu rol legal de competência é exemplo de controle social alternativo.
- O poder público é o único titular do controle social no âmbito do estado democrático de direito.

Direito Penal

51. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à MISSÃO FUNDAMENTAL DO DIREITO PENAL, com base nas assertivas de I a V:

- Reconhecer o fato insignificante, detectar a culpabilidade, estabelecer a pena.
- Intervenção mínima, defesa de bens jurídicos, aquilatar a ofensividade.
- Defender bens jurídicos, reconhecer a insignificância e intervenção mínima.
- Estabelecer a necessidade e a suficiência da pena, conceder o perdão judicial e detectar o fato penalmente irrelevante.
- Estabelecer a culpabilidade, aquilatar a ofensividade e verificar a materialidade do fato.

- Apenas as assertivas I, II e III são falsas.
- Apenas as assertivas IV e V são verdadeiras.
- Apenas a alternativa I é falsa.
- Apenas as assertivas III e IV são verdadeiras.

52. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito à LEI PENAL, com base nas assertivas de I a V:

- Princípio da Retroatividade da lei penal mais branda.
- Princípio da Irretroatividade da lei penal mais severa.
- Princípio da Ultratividade
- Princípio da Taxatividade ou da Determinação
- Princípio da Anterioridade

- Nenhuma assertiva é verdadeira.
- Todas as assertivas são verdadeiras.
- Apenas quatro assertivas são verdadeiras.
- Apenas três assertivas são falsas.

53. Assinale a alternativa CORRETA no que diz respeito ao FATO PENALMENTE RELEVANTE, com base nas assertivas de I a V:

- Princípio da materialidade e Princípio da legalidade.
- Princípio da legalidade e Princípio da intervenção mínima.
- Princípio da ofensividade e Princípio da culpabilidade.

IV - Princípio da verdade real e Princípio da responsabilidade subjetiva.

V – Princípio da ultratividade e Princípio da retroatividade benéfica.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

54. Assinale a alternativa CORRETA no que se refere ao AGENTE ATIVO DO FATO, com base nas assertivas de I a V:

- I – Responsabilidade Subjetiva.
- II – Igualdade ou isonomia
- III – Proibição da presunção de culpabilidade.
- IV – Culpabilidade normativa.
- V – Imputabilidade.

- a) Nenhuma assertiva é verdadeira.
- b) Todas as assertivas são verdadeiras.
- c) Apenas uma assertiva é verdadeira.
- d) Apenas três assertivas são falsas.

55. Assinale a alternativa INCORRETA no que se refere à CULPABILIDADE adotada em regra pelo Código Penal Brasileiro, com base nas assertivas de I a V:

- I - Inimputabilidade
- II - Potencial conhecimento da licitude.
- III - Medida da culpabilidade.
- IV - Exigibilidade de conduta diversa.
- V – Situação psicológica do sujeito.

- a) As assertivas I e II são falsas.
- b) A assertiva V é verdadeira.
- c) A assertiva IV é verdadeira e a assertiva III é falsa.
- d) A assertiva III é verdadeira.

56. A lei 7210/84 dispõe que a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições da condenação criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado (art. 1). Como nítido no item 13 da respectiva exposição de motivos, tem-se aí, por inteiro, tributo à teoria da pena denominada.

- A) retribuição moderna
- B) retribuição taliônica
- C) prevenção especial
- D) mista ou eclética

57. Assinale a opção correta com referência à execução das penas em espécie:

- A) A autorização para a saída temporária deve ser concedida por ato motivado do juízo das execuções, que pode delegar a fiscalização das saídas ao administrador do presídio.
- B) Por falta de previsão legal, não configura falta grave o fato de o reeducando não se reapresentar ao estabelecimento penal, no fim do prazo da prisão temporária, por quase um mês, sem justificativa idônea;

C) Os condenados que cumpram pena em regime semiaberto podem obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, para visitar a família;

D) O benefício da permissão de saída não se estende aos presos provisórios, restringindo-se aos condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto, mediante a necessária autorização do juízo das execuções penais;

58. Sobre o regime inicial de cumprimento de pena, marque a alternativa CORRETA:

A) É possível a imposição do regime fechado para o início do cumprimento de pena ao condenado à pena de detenção.

B) A gravidade do crime em abstrato, por si só, não se presta a adoção de regime inicial diverso do sugerido em lei.

C) A circunstancia agravante da reincidência não guarda correlação com a estipulação do regime inicial para o cumprimento da pena.

D) Ao condenado à prisão simples, pela prática de contravenção penal, é vedada, regra geral, a adoção do regime inicialmente fechado, o que, todavia, poderá ocorrer excepcionalmente, desde que devidamente fundamentado pelo juiz.

59. Podem obter autorização de saída temporária os:

A) Condenados que cumpram pena em regime semiaberto

B) Presos provisórios e os condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto

C) presos provisórios e os condenados que cumpram pena em regime semiaberto

D) Condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto;

E) presos provisórios e os condenados que cumpram pena em regime aberto

60. Um sujeito é condenado por crime contra a Administração Pública à pena de nove anos de reclusão, em regime fechado. Depois de cumprir três anos da pena, ele requer progressão de regime de cumprimento. Como deve agir o Magistrado diante de tal pleito?

A) Indeferir o pedido, pois houve apenas o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, o que não autoriza a progressão.

B) Verificar, primeiramente, se o réu condenado reparou o dano que causou ou devolveu o produto do crime, com os acréscimos legais, e condicional tal circunstância a possibilidade de progressão.

C) Indeferir a pretensão, porque os crimes contra a Administração Pública exigem o cumprimento integral da pena no regime fechado.

D) Indeferir o pedido, porque os crimes contra a Administração Pública são considerados hediondos e fazem parte do rol dos delitos que tipificam a lavagem de dinheiro, cuja pena deve ser cumprida inteiramente no regime fechado, inviabilizando a progressão.

Processo Civil

61. Os irmãos Rafael e Daniela são proprietários de um imóvel na Av. São Sebastião, n. 20. Eles realizaram um contrato de locação com Joana, estudante, por prazo indeterminado. Após três anos de vigência de contrato, devido aos grandes eventos internacionais na cidade, os irmãos propuseram uma ação revisional de aluguel, tendo em vista a valorização constatada na área em que fica o imóvel. A partir da hipótese sugerida, assinale a opção correta.

- A) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo unitário, uma vez que há solidariedade entre os irmãos, o que faz com que um deles, sozinho, possa ajuizar a ação, tendo a decisão efeito para ambos.
- B) Trata-se de litisconsórcio passivo multitudinário, pois a ação revisional, se procedente, alterará o valor da locação para todo e qualquer candidato à locação.
- C) Trata-se de litisconsórcio ativo facultativo simples, pois no lugar de uma única ação, cada irmão pode entrar com uma ação revisional diferente para atualizar o valor do imóvel, e as duas correrão normalmente, em separado.
- D) Trata-se de litisconsórcio ativo necessário unitário, uma vez que a lei assim o exige e a decisão do juiz será a mesma para os dois irmãos.

62. A respeito da relação entre a reconvenção e a ação na qual ela foi oferecida, assinale a afirmativa correta.

- A) São ações autônomas e, por isso, a reconvenção não tem o seu prosseguimento obstado pela desistência da ação primitiva.
- B) Em caso de extinção da demanda primitiva, sem resolução do mérito, a reconvenção não pode prosseguir, em razão da sua subordinação perante aquela.
- C) A reconvenção, por seu caráter acessório, não deve ser conhecida, no caso de desistência da ação primitiva, mas terá prosseguimento nos outros casos de extinção sem resolução de mérito.
- D) Em razão da prejudicialidade existente entre elas, a ação primitiva deve ser julgada em momento anterior à reconvenção.

63. A respeito do fenômeno processual do litisconsórcio, que consiste na pluralidade de sujeitos ocupando um ou ambos os polos da relação jurídica para litigar em conjunto no mesmo processo, assinale a afirmativa correta.

- A) Não constitui fundamento para a formação de litisconsórcio a ocorrência de afinidade de questões por um ponto em comum de fato ou de direito.
- B) O juiz poderá limitar o litisconsórcio necessário quanto ao número de litigantes quando este comprometer a rápida solução do litígio ou dificultar a defesa.
- C) Na sistemática dos Juizados Especiais Cíveis não se admitirá a formação de litisconsórcio como forma de prestigiar uma prestação jurisdicional mais célere e simplificada.
- D) Quando os litisconsortes tiverem diferentes procuradores, ser-lhes-ão contados em dobro os

prazos para contestar, para recorrer e, de modo geral, para falar nos autos.

64. A citação é capaz de gerar efeitos processuais e materiais, consoante o que preceitua o Art. 219 do Código de Processo Civil. Sobre os efeitos da citação, assinale afirmativa correta.

- A) Realizada a citação, induz-se a litispendência. Todavia, continua sendo possível a propositura de nova ação idêntica, pois a inafastabilidade da tutela jurisdicional é corolário do Estado Democrático de Direito, devendo-se viabilizar o acesso à justiça.
- B) A citação válida, por si só, não é capaz de tornar a coisa ou o direito litigioso, ou seja, estes não passam a estar vinculados ao resultado do processo. Sendo assim, em caso de alienação do bem, será possível, a qualquer tempo, a alteração da legitimidade das partes.
- C) A citação válida não é capaz de interromper a prescrição. Sendo assim, somente poderá falar-se em interrupção se a parte assim o requerer ao juiz, devendo este, antes de decidir, possibilitar o contraditório por parte do réu.
- D) Em regra, a citação constitui o devedor em mora. Nada obstante, nos casos em que as obrigações não possuam termo certo, é possível constituir o devedor em mora por intermédio do envio de notificação judicial ou extrajudicial.

65. Lino ajuizou ação de cobrança pelo rito ordinário em face de Paulo, pleiteando o pagamento de R\$ 100.000,00 (cem mil reais). Em contestação, Paulo alegou pagamento integral da dívida, juntando aos autos diversos recibos. Em resposta à peça de defesa, Lino arguiu a falsidade dos recibos apresentados por Paulo. Considerando as regras sobre a arguição de falsidade previstas no Código de Processo Civil, assinale a opção correta.

- A) Lino poderia arguir o incidente de falsidade em qualquer tempo, bem como o grau de jurisdição, por não haver preclusão.
- B) No incidente de falsidade instaurado, Paulo será dispensado de intimação para se manifestar, uma vez que o procedimento não está submetido ao contraditório.
- C) Será dispensado o exame pericial dos recibos juntados aos autos se Paulo concordar em retirá-los e Lino não se opuser ao desentranhamento.
- D) O incidente de falsidade suscitado por Lino será processado em apenso aos autos principais, uma vez que o Código de Processo Civil expressamente determina aplicação subsidiária do procedimento estabelecido às exceções de impedimento e suspeição.

66. O princípio da persuasão racional do juiz significa que:

- a) O juiz deve apreciar as questões de fato e de direito, julgando de acordo com o seu livre convencimento motivado;

- b) O juiz deve apreciar as provas de acordo com seu livre convencimento, sem observar o conjunto probatório dos autos;
- c) Deve o juiz atribuir às provas valor inalterável e prefixado;
- d) o juiz deve julgar exclusivamente com a sua razão, sem apresentar fundamentos fáticos e jurídicos.

67. É sabido que nosso ordenamento jurídico não permite a cobrança em juízo de dívida de jogo. A proibição de exigir em juízo dívida de jogo ocasionará

- a) a extinção do feito sem a análise de mérito.
- b) o julgamento conforme o estado do processo.
- c) o julgamento antecipado da lide.
- d) a improcedência da ação.

68. Quando falamos sobre o interesse de agir podemos classifica-lo como sendo um(a):

- a) Elemento da ação;
- b) Princípio processual;
- c) Requisito de legitimidade da parte;
- d) Condição da Ação.

69. Uma ação de separação judicial litigiosa é uma ação que pode ser classificada como:

- a) Constitutiva
- b) Cautelar
- c) Declaratória
- d) Executória

70. Podemos afirmar que os sujeitos elementares do processo são os seguintes:

- a) advogado, réu e autor;
- b) Ministério Público, advogado e juiz;
- c) Autor, Juiz e Réu;
- d) Juiz, Ministério Público e Advogado.

Meios Alternativos de Resolução de Conflitos

71. Poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis:

- a) Somente pessoas jurídicas;
- b) Sociedades empresariais e simples;
- c) Pessoas capazes;
- d) Pessoas capazes que demonstrem capacidade financeira para tanto.

72. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A arbitragem poderá ser de direito ou de equidade, a critério das partes;
- b) Poderão as partes escolher as regras que serão aplicadas na arbitragem, desde que não viole os bons costumes e à ordem pública;
- c) Poderão, também, as partes convencionar que a arbitragem se realize com base nos princípios gerais de direito;

- d) As partes não poderão indicar que a solução arbitral se dê com base nos usos e costumes e nas regras internacionais de comércio.

73. A arbitragem poderá ser eleita em cláusula compromissória pra dirimir conflitos, exceto os que envolvam:

- a) Questões relativas ao contrato de locação;
- b) Direito do Trabalho;
- c) Instrumentos societários;
- d) Contrato de compra e venda de imóvel regido pelo Código Civil.

74. Sobre a convenção de arbitragem é incorreto afirmar:

- a) Trata-se de gênero que tem como espécie o compromisso arbitral e a cláusula compromissória;
- b) Pode ser conhecida de ofício pelo magistrado quando objeto de processo judicial;
- c) A cláusula compromissória deve ser estipulada por escrito;
- d) A cláusula compromissória é autônoma em relação ao contrato em que estiver inserta.

75. Sobre os árbitros é incorreto afirmar:

- a) Pode ser árbitro qualquer pessoa capaz e que tenha a confiança das partes;
- b) As partes nomearão um ou mais árbitros, sempre em número ímpar;
- c) Quando as partes nomearem árbitros em número par, estes estão autorizados, desde logo, a nomear mais um árbitro.
- d) Os árbitros, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, ficam equiparados aos Magistrados, e sobre eles recai a aplicação inquestionável da Lei Orgânica da Magistratura – LOMAN.

Hermenêutica Jurídica

76. Há uma Escola da Hermenêutica que descreve ser o objeto de estudo pelo jurista não as normas, mas sim a conduta humana focalizada a partir de certo ângulo particular. Da mesma maneira que o objeto do conhecimento do astrônomo são os astros, e não as leis de Kepler e Newton, porque estas são apenas conceitos com os quais os astros são conhecidos, assim também, na Ciência Dogmática, o objeto do conhecimento do jurista não são as normas, mas a conduta humana em sua interferência intersubjetiva, porque as normas jurídicas são somente conceitos com os quais aquela conduta é conhecida como conduta. Qual é esta Escola Hermenêutica?

- a) Escola do Livre Direito
- b) Escola Teleológica
- c) Escola Ecológica
- d) Escola Sociológica Americana

77. Analise as seguintes assertivas:

- I - Na Antiguidade Clássica, recorria-se a Hermes, o mensageiro dos Deuses, pela busca da verdade escondida. Hermes foi retratado por Homero (no livro

"Odisseia") e Hesíodo (na obra "Os trabalhos e os dias") por suas habilidades e considerado benfeitor dos mortais, portador da boa sorte e também das fraudes. Seu atributo característico era a ambiguidade, pois ao mesmo tempo que era mensageiro dos deuses, era também fiel mensageiro do mundo das trevas. Não é de se estranhar que a palavra "hermenêutica" encontre consentâneos nas palavras "hermeneuein" (interpretar), "hermenea" (interpretação), "hermeios" (sacerdote do oráculo de Delfos) e "Hermes" (o mensageiro, na mitologia antiga ocidental).

II - O estudo da hermenêutica jurídica, ou seja, a técnica e os métodos para a correta interpretação das leis se torna fundamental para o estudo da ciência do direito.

III - Tanto a norma, quanto a construção da interpretação (sentido) desta norma surgem nos debates, nas reuniões, nas sentenças proferidas por juristas e doutrinadores, que são intérpretes do Direito.

IV - A hermenêutica jurídica tem como objetivo básico, a interpretação - esclarecer o sentido e o alcance das expressões jurídicas e a aplicação no caso concreto, porém ela não é exclusivamente um método de interpretação.

Em seguida, marque a opção que as analisa corretamente:

- a) Todas as assertivas estão corretas;
- b) Todas as assertivas estão erradas.
- c) Apenas uma assertiva é errada.
- d) Apenas duas assertivas são corretas.

78. Tomando como base os métodos interpretativos, marque a única alternativa incorreta;

a) Método Literal: por meio deste método, o intérprete busca o sentido literal da norma jurídica. Em um primeiro momento, o intérprete deverá dominar o idioma em que a norma jurídica foi produzida e assim estabelecer uma definição; neste primeiro momento o intérprete buscaria fixar qual o sentido dos vocábulos do texto normativo.

b) O método lógico, por sua vez, busca desvendar o sentido e o alcance das normas jurídicas, estudando-a através de raciocínios lógicos.

c) Método teleológico: Este método permite que o intérprete possa empreender a pesquisa genética da norma, pois, usando esse método, o intérprete irá buscar os antecedentes da norma. Dessa forma, o intérprete irá considerar os motivos que levaram à elaboração da norma jurídica, quais os interesses dominantes que esta norma jurídica buscava resguardar. Esse método vê o Direito como sendo um produto histórico, oriundo da vida social e, desta forma, capaz de adaptar-se as novas condições e realidades sociais.

d) O método histórico foi desenvolvido por Savigny que trouxe para o Universo Jurídico o método histórico utilizado nas ciências sociais. Este jurista tinha como objetivo elevar o Direito à categoria de ciência do espírito, daí o nome de sua Escola: Escola Histórica do Direito.

79. "A Hermenêutica Jurídica tem por objeto o estudo e a sistematização dos processos

aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito. As leis positivas são formuladas em termos gerais; fixam regras, consolidam princípios, estabelecem normas, em linguagem clara e precisa, porém ampla, sem descer a minúcias. É tarefa primordial do executor a pesquisa da relação entre o texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social, isto é, aplicar o Direito. Para o conseguir, se faz mister um trabalho preliminar: descobrir e fixar o sentido verdadeiro da regra positiva; e, logo depois, o respectivo alcance, a sua extensão. Em resumo, o executor extrai da norma tudo o que na mesma se contém: é o que se chama interpretar, isto é, determinar o sentido e o alcance das expressões do Direito" (Carlos Maximiliano, *Hermenêutica e aplicação do direito*, 9.ed., São Paulo: Forense, 1980, p.1). **Considerando o texto apresentado, é correto afirmar que:**

- a) as leis disciplinam apenas os casos concretos, por isso só admitem uma interpretação.
- b) hermenêutica e interpretação são palavras sinônimas e significam a busca do exato sentido da lei.
- c) a hermenêutica oferece as regras de interpretação e interpretar um texto de lei consiste em buscar-lhe o significado e o alcance.
- d) a hermenêutica não se insere na Ciência do Direito, sendo mera manifestação da arte de advogar.

80. Assinale a alternativa correta e JUSTIFIQUE sua resposta. Dispõe o artigo 4º da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro que "quando a lei for omissa o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito". Este preceito se refere aos critérios relativos à:

- a) equidade;
- b) integração da norma jurídica;
- c) interpretação da norma jurídica;
- d) antinomia;